



PROPOSTA DE FORMAÇÃO PARA GESTORES DAS ESCOLAS SITUADAS EM ESPAÇOS DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, AGENTES PENITENCIÁRIOS E CHEFES DE UNIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

Silvana Maria de Fátima¹
silvanainai@yahoo.com.br

João Silva Rocha²
joasilvarocha@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho aborda a atividade de formação continuada para gestores e profissionais que atuam em escolas de espaço de privação de liberdade no estado de Pernambuco, como condição para a melhoria da qualidade da educação. O objetivo é subsidiar o trabalho dos gestores e profissionais das escolas prisionais de forma que compreendam a importância de se manter a harmonia e o respeito na convivência no âmbito escolar. Vencendo os limites e os desafios da gestão pautada na democracia com a participação coletiva dos atores da escola em sintonia com os atores externos considerando que a escola está no interior de uma unidade prisional. Dessa forma, busca fortalecer o modelo de gestão com espaço para participação do outro – todos rompendo definitivamente com o modelo de gestão isolada sem interligação com os demais profissionais e espaços existentes em seu entorno.

PALAVRAS-CHAVE: gestão participativa, relações harmônicas, educação de qualidade.

1. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

A educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional (CURY, 2002). Conforme estabelecido na Constituição Federal, no seu Art. 205, temos que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o objetivo ao pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para exercer a cidadania e qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, no caso específico dos que estão privativos de liberdade, o acesso à educação em Pernambuco é feito por meio da modalidade de Educação de

¹ Professora graduada em História, Técnica-Pedagógica da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE/PE) e especialista em Programação de Ensino.

² Professor graduado em Matemática, Computação, Música e Pedagogia, Técnico-Pedagógico da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE/PE) e mestre em Educação Matemática e Tecnológica.



Jovens e Adultos (EJA) e de Programas. A modalidade EJA, Ensino Fundamental (Fase I, Fase II, Fase III e Fase IV) e Ensino Médio (I, II e III módulos), é ofertada para aqueles que não tiveram acesso ao estudo ou que não o concluíram na idade própria, conforme estabelecidos pela LDBEN 9394/96 (BRASIL, 1996) e Resolução CNE\CEB nº 02 de 19 de maio de 2010 (BRASIL, 2010). O Programa Paulo Freire – Pernambuco escolarizado é destinado à alfabetização de jovens e adultos, e o Projovem Urbano Prisional aos jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e se encontram em situação de vulnerabilidade social. Atualmente Pernambuco conta com vinte Unidades Escolares Prisionais.

A Secretaria de Educação através da Gerência da EJA tem desenvolvido um trabalho em Educação em Prisões, ofertando uma formação continuada aos professores com leitura, reflexões, debates e discussões de textos que proponham considerações em grupo sobre a importância sócio-política-cultural dos instrumentos jurídico-normativos para Educação em Prisões; sobre concepções pedagógicas no cotidiano da Educação em Prisões e sobre a realidade da Educação em Prisões, no intuito de compreender que é importante conhecer a cultura da instituição prisional, pois se trata de um sistema (Educação) inserido dentro de outro sistema (Prisional), em que o indivíduo atendido está subordinado. A educação escolar no presídio deve, acima de tudo, refletir o seu papel para a vida dos apenados e para a sociedade em geral, por meio de uma aprendizagem participativa, e da convivência baseada na valorização e desenvolvimento do outro e de si mesmo. Deve ainda, pensar uma educação escolar capaz de fazer do preso um ser social, “[...] informado e participante do mundo em que vive, adquirindo consciência crítica que favoreça a capacidade de questionar e problematizar o mundo, além da condição social para a prática transformadora”. (MELLO, 1987, p. 90).

No caso específico da gestão escolar, ela tem o grande compromisso em reger essa orquestra: gerir a aprendizagem, o financeiro e todas as ações pertinentes à gestão escolar, somado às relações interpessoais nos dois espaços: escola – unidade prisional. As limitações de uma escola nesse espaço exige do gestor uma habilidade especial nas relações com o outro, o que nesse aspecto, se faz necessário o fortalecimento das relações interpessoais e o alinhamento das ações da comunidade escolar nos espaços de privação de liberdade.



2. OBJETIVOS

A ação formativa tem como objetivo geral promover uma reflexão acerca do desafio da ressocialização a partir de uma gestão democrática em escolas situadas em espaços de privação de liberdade.

Seus objetivos específicos são:

Fortalecer as relações humanas com base num trabalho diversificado através de rodas de diálogo, oficinas pedagógicas com temas pertinentes ao trabalho da gestão nesse espaço específico.

Promover mudança nas posturas das relações e na forma de ver o trabalho do outro, proporcionando o andamento das atividades escolares dentro das restrições impostas pelo ambiente de segurança.

Minimizar as reações de sobreposição do ego que devem ser trocadas por posicionamentos de interação com perceptível clima de confiança recíproca entre os trabalhadores da escola e os demais profissionais da unidade prisional e dos outros serviços propostos (saúde, jurídico, etc.).

Promover a partilha de ideias e pensamentos e sentimentos para melhor compreensão do trabalho do outro e colaboração para acontecimento tanto da segurança de todos como do funcionamento da escola.

Para isso, Cossio (2006, p. 31) aponta que a gestão democrática deve se fundamentar na construção de um espaço público, que promova condições de igualdade, proporcionando um ambiente de trabalho coletivo superando o individualismo e que possibilite a inter-relação do todo e a produção de conhecimento prepare os estudantes para a vida e que “habilitem os estudantes a terem expectativas de vida digna, de trabalho, de exercício da cidadania” (CÓSSIO, 2006, p. 31).

Mesmo as escolas externas ao ambiente de uma Unidade Prisional – UP – possuir dificuldades para garantia do princípio democrático, a magnitude das dificuldades de uma escola inserida em espaços de privação de liberdade torna-se maior, uma vez que esse ambiente já é permeado pelo autoritarismo e de práticas de dominação que não contribuem para o desenvolvimento da autonomia do



estudante e outros atores inseridos ali, que podem ser coagidos por alguns agentes penitenciários que não acreditam na ressocialização e que o preso não tem direito à educação ou até mesmo a direito algum.

Por outro lado há esforços da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Pernambuco – SJDH-PE no que se refere às práticas como estas em que se busca a sensibilização dos agentes penitenciários, que fica perceptível na postura de muitos gestores de unidades prisionais e também da Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante – GEPQ da Secretaria de Ressocialização - SERES.

Por fim, Davis e Newstrom (1992, p. 150) define a liderança como o processo de encorajamento de outros a trabalharem entusiasmados na direção dos objetivos. Eles comparam que sem liderança seria tal qual uma orquestra que sem maestro teria apenas os músicos e os instrumentos, mostrando a necessidade que se tenha um gestor com competências, para isso, nota-se a necessidade de fortalecimento da gestão escolar e abertura do diálogo com outros agentes da comunidade escolar para que possam fortalecer a escola e sua gestão.

3. METODOLOGIA

A formação foi vivenciada em encontros presenciais com rodas de diálogos e oficinas, além da formação de grupos de trabalho, dividida em quatro temáticas:

- 1 – Educação enquanto direitos humanos;
- 2 – O papel do gestor na gestão da aprendizagem;
- 3 – O apoio pedagógico e suas contribuições nas ações educativas;
- 4 – As relações interpessoais como chave para o alinhamento das ações educativas.

Vale lembrar que cada ação formativa foi composta por um período de 12 horas em que foram debatidos assuntos na visão da segurança que o ambiente prisional busca ofertar para o cidadão e, por isso, restritivo de algumas atividades para os órgãos que funcionam nesses espaços, como a escola, o departamento jurídico (penal), a saúde, o laboral, entre outros. Sendo assim, houve necessidade da formação para os gestores escolares uma vez que o objetivo da escola, como



instituição que visa garantir o direito à educação, busca a ressocialização dos privados de liberdade.

A formação continuada proposta pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco – SEE foi pensada com vistas a garantir a formação continuada dos gestores das escolas situadas em espaços de privação de liberdade, uma vez que os gestores escolares, apesar de terem sido certificados por terem aprovação no curso de gestão disponibilizado pelo Governo do Estado de Pernambuco, possui objetivos de buscar a socialização de experiências e discussão a partir das dificuldades apontadas pelos gestores das escolas situadas nesses espaços visando fortalecer a gestão democrática e a participação ativa de seus diversos atores, bem como a colaboração do gestor da unidade prisional e do ASP que é designado para acompanhar a escolar, denominado de educador de apoio da SERES – Secretaria Executiva de Ressocialização.

Na formação continuada proposta houve parcerias da Gerência de Políticas Educacionais de Jovens, Adultos e Idosos – GEJAI, da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Educação – SEDE da SEE com a Gerência de Educação e Qualificação Profissionalizante – GEQP, da Secretaria Executiva de Ressocialização – SERES, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH.

A formação continuada contou com a presença de gestores das escolas, agentes penitenciários, gestores de unidades prisionais e dos chefes das unidades da educação de jovens e adultos de cada gerência regional de educação que continha escola(s) em unidade prisional de sua responsabilidade.

Buscou-se apontar as relações entre os profissionais que trabalham na escola tanto entre si, quanto com outros atores como estudantes, ASP e gestão da escola; a relação do professor com a metodologia a ser utilizada na Educação de Jovens e Adultos e, sugestões referentes ao planejamento bimestral, bem como a leitura do Projeto Político Pedagógico e motivação dos professores. Ocorreu uma oficina acerca dos desafios da gestão escolar em que o foco foi referente à fiscalização, capacitação de qualidade, organização documentária, controle financeiro, comunicação organizacional e o gerenciamento de conflitos internos.

Apontou-se ainda a necessidade do planejamento e monitoramento das ações tais como a gestão por resultados a partir de quatro elementos que são o



plano, a preparação, a implementação e, a gestão dos resultados. Abordou-se ainda na diferença entre liderar e gerenciar e, gerenciar e gerir, bem como o gestor escolar deve estar atento aos três subprocessos de gestão em que o primeiro é a gestão da escola como um todo que envolve a gestão de recursos (financeiros e materiais), a gestão dos processos, e a gestão das pessoas, em segundo subprocesso tem-se a gestão pedagógica que envolve a gestão, a gestão da ação docente e a gestão dos resultados, e o terceiro subprocesso envolve a gestão da aprendizagem, a gestão da conduta e a gestão da interação cultural.

Foram trabalhadas também questões concernentes ao uso do livro didático, em que este é apontado como mais uma ferramenta e que deve ser complementado buscando as especificidades de cada ambiente.

Como materiais utilizados pode-se observar nas figuras a seguir:



Figura 1: Dimensões da escola



Figura 2: Necessidades Pedagógicas

Algumas causas para não atingir objetivos e metas



Figura 3: Não obtenção de metas

COMISSÕES	OBJETIVOS	AÇÕES	PRAZOS	PARTICIPANTES
DE EVENTOS				
COMUNICAÇÃO				
MOTIVACIONAL				
PROJETOS				
PROJETO				

Figura 4: Quadro Planejamento Bimestral

Nas figuras 1 a 4 acima apresentam-se os slides e materiais trabalhados nas formações em que foram realizadas rodas de diálogo e apontado recursos e oficinas para preparação dos materiais na escola.

IV SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA - SIP

Centro Cultural e de Exposições
Ruth Cardoso
De 21 a 25 de Novembro de 2015
Maceió - Alagoas - Brasil



I SEMINÁRIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - SLBEI

Colegiado de Centro Acadêmico
Pedagogia Paulo Freire - CAPed
UFAL
ISSN: 1981 - 3031

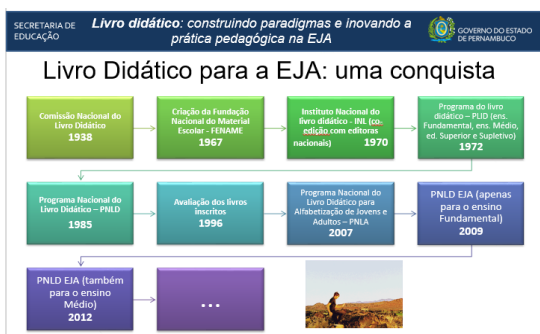


Figura 5: Histórico do Livro Didático

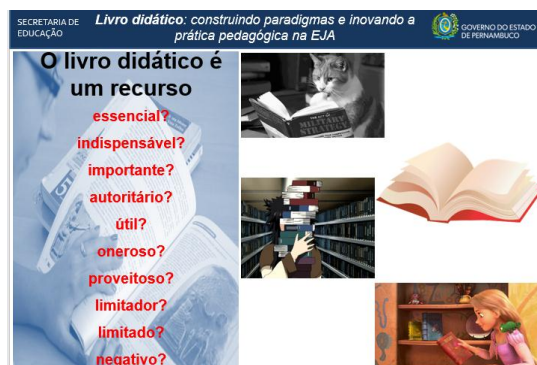


Figura 6: Reflexão sobre o Livro Didático

FORMAÇÃO DE GESTORES PRISÕES

DIA 12/09 QUARTA FEIRA	DIA 13/09 QUINTA FEIRA	DIA 14/09 SEXTA FEIRA
<p>MANHÃ</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ CREDENCIAMENTO ✓ CHECK IN 	<p>MANHÃ</p> <p>FOCO NO PLANEJAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ CENSO ESCOLAR COM FOCO NA EVASÃO ✓ TURMAS 2019 CAPACIDADE INSTALADA – MATRÍCULA ✓ LIVRO DIDÁTICO ✓ RELAÇÕES INTERPESSOAIS – BRAINSTORM ✓ PARTILHANDO AS AÇÕES E SABERES 	<p>MANHÃ</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ RODA DE DIÁLOGO – MEMORIAL ✓ OFICINA DE MEMORIAL
<p>TARDE</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA - REMIÇÃO ✓ TCF ✓ FLUXO DE DOCUMENTOS - NECESSIDADES / SOLICITAÇÕES ✓ GESTÃO DE PARCERIAS ✓ PARTILHANDO AS AÇÕES E SABERES 	<p>TARDE</p> <p>A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DOS RESULTADOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ ANÁLISE DO DESEMPENHO DOS RESULTADOS ✓ AÇÕES DE INTERVENÇÃO ✓ ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO DA EQUIPE ✓ PLANEJANDO A GESTÃO ESCOLAR 	<p>TARDE</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ CHECKOUT

Figura 7: Pauta da formação continuada

As figuras 5 e 6 refere-se ao momento do livro didático, já a figura 7 apresenta a pauta da formação continuada dividida em quatro momentos de 3 horas no ano de 2018.

4. RESULTADOS

As relações interpessoais é uma das mais importantes inteligências emocionais que o ser humano possui, pois as mesmas definem como o ser humano lida com a família, com a escola e o trabalho, ou seja, elas definem sua relação com

o meio social. No entanto, nem sempre se administra bem as relações com as pessoas que desagradam, tende-se a querer manter-se afastados uns dos outros.

Nota-se assim que os conflitos surgem naturalmente, entretanto, espera-se que nesse espaço social, que é a escola, a partir das formações, seja estabelecida a boa relação de convivência fortalecida na construção coletiva das ações no respeito e na compreensão do trabalho do outro.

Desta forma, para que a escola cumpra seu papel social é de fundamental importância que as instituições parceiras possam fazer sua parte. No caso da unidade prisional, ela deve zelar pela segurança da sociedade e dos que ali trabalham, bem como respeitar e compreender o trabalho da escola para que a mesma possa, dentro dos limites da segurança proporcionar seu fazer pedagógico a fim de que haja aprendizagem e, conseqüentemente, ressocialização dos indivíduos que são atendidos por terem seu direito à educação garantido.

Dentre os resultados esperados, pode-se apontar na figura 8 a seguir uma das atividades desenvolvida pelos participantes da oficina.

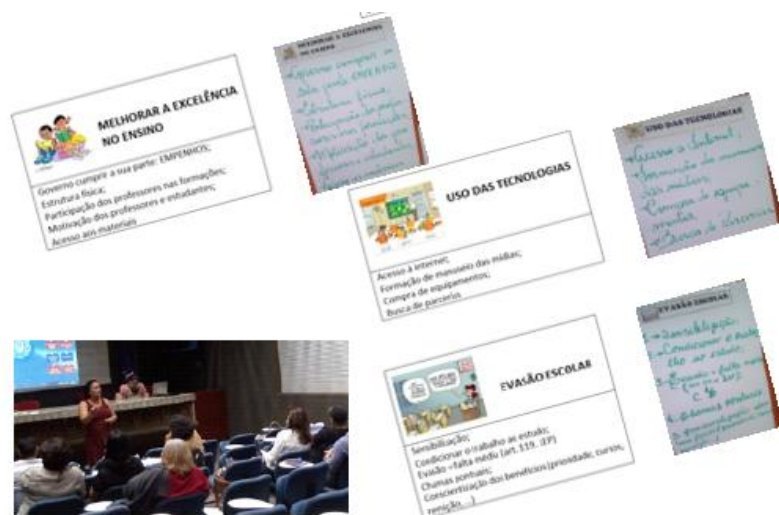


Figura 8: recorte de uma das atividades desenvolvidas na formação

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade dessa ação formativa para gestores e profissionais que atuam em escolas de espaço de privação de liberdade teve efeito em seus objetivos no fortalecimento das relações humanas com base num trabalho bem diverso em suas



atividades, que foram propostos através de rodas de diálogo e com oficinas pedagógicas que abrangeram temas pertinentes ao trabalho da gestão nesse espaço de privação de liberdade.

No decorrer da ação formativa percebeu-se a mudança nas posturas das relações, pois, como puderam observar o trabalho do outro, minimizou o estigma de que um atrapalhava o serviço do outro. Gradativamente, as reações de desconfianças, temores e conflitos foram trabalhadas e reconstruídas minimizando as reações de sobreposição do ego que foram trocadas por posicionamentos de interação com perceptível clima de confiança e colaboração recíproca.

Partilhando ideias e pensamentos e, também sentimentos, as diferentes habilidades e diferenças de pensamentos passam a ser administradas à maneira de um time de futebol em que cada um cede espaço à integração e busca coletiva de cumprimento das funções inerentes a cada um, sem que nenhuma das partes sinta seu espaço de trabalho desvalorizado ou invadido pela ação do outro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 out 2018.
- _____. **Lei n. 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 15 out 2018.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010.
- CÓSSIO, M. F. Gestão democrática da educação: retórica política ou prática possível. In: CAMARGO, Ieda de. **Gestão e políticas da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- CURY, C. R. J. **Direito à Educação: Direito à Igualdade, Direito à Diferença**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.
- DAVIS, K.; NEWSTROM, J. W. **Comportamento humano no trabalho**. vol. 1. São Paulo: Pioneira, 1992.
- MELLO, G. N. **Educação escolar: paixão, pensamento e prática**. São Paulo: Cortez, 1987.